



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços
Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica
Coordenação-Geral das Indústrias da Saúde

Voto: 47/2025/CGIS/MDIC

Processo SEI nº: 25351.800566/2024-61

Ementa: Processo Administrativo Sancionador instaurado em desfavor da empresa Fernamed LTDA. EPP, CNPJ nº 04.759.433/0001-86, em razão de oferta de medicamento por valor superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) no Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 8/2020, realizado pela Unidade Mista de Saúde do município de Castanheiras (RO).

I. RELATÓRIO

1. Cuida o presente voto de avaliar o recurso administrativo interposto pela empresa Fernamed LTDA. EPP, CNPJ nº 04.759.433/0001-86, contra decisão da Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED), que decidiu pela aplicação de penalidade de multa no valor de R\$ 880,22 (oitocentos e oitenta reais e vinte e dois centavos), por descumprimento ao previsto nos artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018.
2. A Procuradoria da República no Município de Ji-Paraná/RO, por meio do Ofício nº 548/2020/PRM/JP/1º Ofício, de 19 de junho de 2020 (SEI 45585588), encaminhou a Notícia de Fato 1.31.001.000304/2020-97 (SEI 45585655), que cuida de relação de empresas participantes do Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 8/2020, cujo objeto era a aquisição de medicamentos pela Unidade Mista de Saúde do município de Castanheiras (RO). Na ocasião, constava a lista de "empresas que não se enquadram no teor das resoluções 2/2004 e 4/2006, da CMED, bem como a orientação interpretativa 2/2006 da mesma câmara".
3. Em 13 de julho de 2020, a SCMED encaminhou ofício ao prefeito do município de Castanheiras (RO), no qual solicitou a cópia do Edital de Licitação nº 8/2020, pois na cópia da Ata de Registro de Preços encaminhada não constava o nome do medicamento a ser adquirido. Tal informação era primordial para a instauração de investigação preliminar pela CMED.
4. Em 18 de abril de 2024, a SCMED elaborou a Nota Técnica nº 204/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 45585956), a qual constatou que a empresa denunciada ofertou o medicamento Ocitocina, na apresentação 5 UI/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 1 ML acima do preço máximo permitido pela CMED, o que resultou no cálculo do valor a maior de R\$ 466,34 (quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos). Análise da SCMED apontou que a Ocitocina não consta no rol de produtos abrangidos pelo Convênio Confaz 87/2002^[1], tampouco cabe aplicação do CAP^[2] (SEI 45586018).
5. A empresa foi cientificada por meio da Notificação nº 431/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 45586399), de 18 de abril de 2024, com Aviso de Recebimento em 30 de abril de 2024 (SEI 45586651).
6. A SCMED proferiu sua decisão em 8 de agosto de 2024 (Decisão nº 164, de 8 de agosto de 2024, SEI 45586939), na qual informou que a empresa teve ciência da notificação, mas não se manifestou.
7. Em relação ao mérito, a Secretaria-Executiva confirmou a autoria e materialidade da infração, e a enquadrou no art. 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 2 de 2018. Adicionalmente, citou outros dispositivos infringidos:

Lei nº 10.742/2003:

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.

(...)

Art. 8º O descumprimento de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990.

Orientação Interpretativa nº 1/2006, da CMED:

O Distribuidor de Medicamentos é obrigado a vender seus produtos para farmácias e drogarias pelo preço fabricante, repassando o ICMS quando for o caso.

Segundo o inciso XVI do Artigo 4º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, Distribuidor de Medicamentos é conceituado como a 'empresa que exerça direta ou indiretamente o comércio atacadista de drogas, medicamentos em suas embalagens originais, insumos farmacêuticos e de correlatos'.

Neste sentido, a empresa produtora de medicamentos tem a opção de incorrer em todos os custos da comercialização ao realizar a venda direta ao setor varejista ou poderá conceder um desconto em seu preço para que a empresa distribuidora possa cobrir seus custos advindos da distribuição do medicamento ao setor varejista. **De qualquer maneira, em ambas as situações, tanto para o laboratório como a para a empresa distribuidora, o preço máximo a ser praticado na comercialização do medicamento não deverá ultrapassar o preço fábrica – PF.** (grifo nosso)

Orientação Interpretativa nº 2/2006, da CMED:

Nos fornecimentos para órgãos públicos através de licitações ou não, o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como referencial máximo o preço fabricante.

Preço Fabricante é o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor de medicamentos pode comercializar no mercado brasileiro um medicamento que produz; considerando que a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico e cria a CMED é aplicada às empresas produtoras de medicamentos, bem como às farmácias e drogarias, aos representantes, às DISTRIBUIDORAS DE MEDICAMENTOS e a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.

Em qualquer operação de venda efetivada pelas empresas produtoras de medicamentos ou pelas distribuidoras, destinada tanto ao setor público como ao setor privado, deverá ser respeitado, para venda, o limite do Preço Fabricante, uma vez que o Preço Máximo ao Consumidor é o preço máximo permitido na venda de um medicamento no varejo, podendo ser praticado somente pelas farmácias e drogarias. (grifo nosso)

Resolução CMED nº 3/2011:

Art. 1º As distribuidoras, as empresas produtoras de medicamentos, os representantes, os postos de medicamentos, as unidades volantes, as farmácias e drogarias, deverão aplicar o Coeficiente de Adequação de Preço - CAP ao preço dos produtos definidos no art. 2º desta Resolução, sempre que realizarem vendas destinadas a entes da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§1º O CAP, previsto na Resolução nº. 2, de 5 de março de 2004, é um desconto mínimo obrigatório a ser aplicado sempre que forem realizadas vendas de medicamentos destinadas aos entes descritos no caput.

§2º A aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica – PF resultará no Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG.

§3º O CAP será aplicado sobre o PF. Art. 2º O CAP poderá ser aplicado ao preço de produtos, de acordo com decisão do Comitê Técnico-Executivo, nos seguintes casos:

I- Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no "Programa de Componente Especializado da Assistência Farmacêutica", conforme definido na Portaria nº. 2.981, de 26 de novembro de 2009;

II- Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa Nacional de DST/AIDS.

III- Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa de Sangue e Hemoderivados.

IV- Medicamentos antineoplásicos ou medicamentos utilizados como adjuvantes no tratamento do câncer.

V- Produtos comprados por força de ação judicial, independente de constarem da relação de que trata o § 1º deste artigo.

VI- Produtos classificados nas categorias I, II e V, de acordo com o disposto na Resolução nº 2, de 5 de março de 2004, desde que constem da relação de que trata o § 1º deste artigo.

§ 1º O Comitê Técnico-Executivo da CMED poderá incluir ou excluir produtos da relação de que trata o § 1º deste artigo.

§ 2º O rol de produtos em cujos preços deverão ser aplicados o CAP é o constante do Comunicado nº 10, de 30 de novembro de 2009."

8. Em relação à dosimetria da sanção, a penalidade pecuniária foi calculada pela SCMED em consonância com os critérios definidos no art. 9º, inciso IV, alínea "a" da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018, que determina, no caso da oferta de medicamento por preço superior ao máximo autorizado:

"Art. 9º O valor base da multa será fixado conforme os seguintes critérios, de acordo com cada grupo de infração:

(...)

IV – Quanto às infrações classificadas no inciso II do art. 5º, observar-se-ão as seguintes metodologias:

(...)

a) quando as infrações envolverem a oferta de medicamento com preço aprovado, nos termos da alínea "a" do inciso II do art. 5º:

$$Mo = a \cdot (1 + i)$$

Onde:

Mo = multa apurada no processo administrativo para cada oferta;

a = diferença entre o valor ofertado/comercializado e o preço CMED, por apresentação, multiplicada pela quantidade vendida, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente."

9. Para o Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente, foi aplicado o disposto no art. 9º, inciso VI, da Resolução CMED nº 2 de 2018, o qual determina:

"Art. 9º O valor base da multa será fixado conforme os seguintes critérios, de acordo com cada grupo de infração:

(...)

VI – o Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente observará os seguintes percentuais sobre o valor auferido indevidamente: "

(...)

TABELA: Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente

Faixas	Faturamento médio no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	10%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	4%
E	$x < 10.000.000,00$	2%

Classificação da Empresa	Faturamento Anual
Grupo I – Empresa de Grande Porte	Superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), de acordo com a <u>Medida Provisória nº 2.190-34/2001</u> .
Grupo II – Empresa de Grande Porte	Igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), de acordo com a <u>Medida Provisória nº 2.190-34/2001</u> .
Grupo III – Empresa de Médio Porte	Igual ou inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), de acordo com a <u>Medida Provisória nº 2.190-34/2001</u> .
Grupo IV – Empresa de Médio Porte	Igual ou inferior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), de acordo com a <u>Medida Provisória nº 2.190-34/2001</u> .
Empresa Pequena (EPP)	Igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), de acordo com a <u>Lei Complementar nº 139/2011</u> .
Microempresa	

10. Quanto ao porte presumido da empresa, a SCMED verificou junto ao sistema Datavisa que a Fernamed se enquadra em PEQUENA, portanto, na Faixa E. O enquadramento decorre do cumprimento da determinação expressa no § 1º do art. 9, da Resolução CMED nº 2 de 2018:

§ 1º Para fins de enquadramento do porte econômico das empresas, adotar-se-ão as normas específicas de classificação de porte econômico junto à Anvisa, consoante o Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente, nos termos do inciso VI deste artigo.

Dados da Empresa			
Razão Social:	FERNAMED LTDA - EPP	CNPJ:	04.759.433/0001-86
Tipo do CNPJ:	MATRIZ	Ano Base:	2024
Nome Fantasia:	[sem informação]	Porte:	PEQUENA Histórico de Porte
Situação de Cadastro:	CADASTRADA	Inscrição Estadual:	2024

11. Em sua análise, a SCMED calculou a multa conforme demonstrado a seguir:

CÁLCULO DE MULTA SOBRE OFERTA DE MEDICAMENTO POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO							
EMPRESA	FERNAMED LTDA-EPP			CNPJ Nº	04.759.433/0001-86		
PROCESSO Nº	25351.800566/2024-61			FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		FAIXA E	
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		R\$	4.000.000,00	TOTAL DE MULTA A RECOLHER		R\$	880,22
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA-e até o trimestre (jan-24 a mar-24)	4,401114143	Total Multa em UFIR	200	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER		R\$	880,22
Produto	Apresentação	Data da infração	Faturamento a maior à época da infração	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização	Multa em R\$
OXITON	5 UI/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 1 ML	03/2020	R\$ 466,34	R\$639,03	2,0%	Oferta R\$ 651,81	880,22

12. Para atualização do faturamento auferido a maior à época da infração, foi utilizada a taxa Selic, com base na deliberação do CTE de 29 de junho de 2016, na metodologia utilizada pela Gerência de Gestão da Arrecadação (GEGAR) da Anvisa e na recomendação da Controladoria Geral da União (CGU) emanada no Relatório CGU nº 201315441.

13. Em relação à dosimetria da multa, a SCMED não identificou nenhuma das circunstâncias agravantes previstas no inciso II do art. 13 da Resolução CMED nº 2 de 2018. Todavia, considerando que a empresa não possuía condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, em um prazo de cinco anos, foi aplicada a hipótese de atenuante de 1/3, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 2 de 2018. Aplicou-se também a atenuante de caráter isolado, pois houve a oferta de apenas um medicamento, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "b", do mesmo dispositivo.

MEDICAMENTO	VALOR DA MULTA	ATENUANTE EM DOBRO	MULTA MÍNIMA
OXITON	R\$ 880,22	R\$ 440,11	R\$ 880,22

14. Em obediência ao disposto no art. 10 da citada Resolução, que discorre sobre os limites mínimo e máximo da pena, após a aplicação da atenuante, fixou-se o valor base da multa no mínimo em vigor, que era de R\$ 880,22 (oitocentos e oitenta reais e vinte e dois centavos).

15. A empresa foi comunicada da decisão por meio da Notificação nº 997/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 45587170), de 8 de agosto de 2024, com aviso de recebimento em 20 de agosto de 2024 (SEI 45587239).

16. O recurso administrativo foi protocolizado em 19 de setembro de 2024, conforme consta no Datavisa (SEI 45587641).

17. Por meio do Despacho nº 2010/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 45587655), a SCMED recebeu o recurso por entender presentes os requisitos de tempestividade, legitimidade, cabimento e interesse.

18. Na 9ª Reunião Ordinária do CTE de 2024, realizada nas datas de 26 e 27 de setembro de 2024, o processo foi sorteado para relatoria Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

19. Os autos foram encaminhados ao MDIC por meio do Ofício nº 880/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, de 3 de outubro de 2024 (SEI 45587728).

20. É o relatório, passa-se à análise.

I. ANÁLISE

II.1 DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

21. Tendo em vista que a empresa tomou ciência da Notificação nº 997/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 45587170) e interpôs o recurso administrativo em 19 de setembro de 2024 (SEI 45587641), considera-se tempestiva a sua interposição, nos termos do art. 29 da Resolução CMED nº 2 de 2018.

II.2 DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA

22. No recurso administrativo, a empresa Fernamed alegou o que se segue, em síntese (SEI 45587439).

22.1. Falta de fundamentação da decisão, pois não foi indicado valor máximo permitido pela CMED, bem como não foi justificado o uso de 200 UFIRs como base para o cálculo da multa, violando os princípios do devido processo legal e ampla defesa.

22.2. A requerente atua como distribuidora e não pode ser equiparada à indústria farmacêutica quanto

à responsabilidade pelo preço final.

22.3. A oferta ocorreu em abril de 2020, durante a pandemia de Covid, período marcado por escassez de insumos, elevação de preços e oferta limitada por parte da indústria farmacêutica.

23. Pugnou a recorrente em seu pedido pela declaração da nulidade da decisão; como alternativa, o reconhecimento de caso fortuito devido à pandemia; aplicação do art. 8º da Resolução nº 2 de 2018, com penalidade de correção da prática infrativa, sem multa.

II.3 DO MÉRITO

24. Preliminarmente, importa ressaltar que a oferta e a venda de medicamentos devem atender a toda regulamentação legal e infralegal vigente sobre o tema. À luz do que estabelecem os art. 2º e art. 8º da Lei nº 10.742 de 2023, o descumprimento por "empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico", de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, pode levar à aplicação das sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990.

25. A CMED, criada pela Lei nº 10.742 de 2003, tem competência para definir diretrizes e procedimentos relativos à regulação econômica do mercado de medicamentos, assim como estabelecer critérios para fixação de preços (art. 6º, incisos I e II). Nesse contexto, foi instituído o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), resultante da aplicação de um desconto denominado Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) sobre o Preço Fábrica (PF) do produto, com a finalidade de uniformizar as compras públicas de medicamentos, obtendo melhores condições a fim de que a economia de recursos seja revertida na ampliação da assistência à população que usufrui do Sistema Único de Saúde.

26. As infrações aplicadas por desrespeito ao referencial máximo definido pela CMED são infrações formais, isto é, de mera conduta, para as quais não se exige efetivo resultado, sistemática esta que encontra respaldo na doutrina e na jurisprudência do STJ. Cabe, portanto, a aplicação de sanção pela mera oferta acima do valor estipulado pela CMED, ainda que a venda não tenha sido realizada ou que tenha sido efetivada abaixo do valor de referência, conforme expresso na alínea "a" do inciso II do art. 5º da Resolução CMED nº 2 de 2018.

27. A interpretação dada pela CMED em relação à regulamentação que aplica sanções em vendas e comercialização de medicamentos acima do preço permitido, especialmente a Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006, é que não haveria sentido em ofertar produtos se não há a intenção de vendê-los. Ademais, a SCMED já consolidou o entendimento de que, na comercialização de produto com preço acima do máximo permitido, o termo "comercializar" abrange a oferta e venda, tendo a Resolução CMED nº 2 de 2018 somente reforçado este entendimento.

28. A despeito de não se exigir resultado, a mera oferta acima do valor definido pela CMED, ainda que não resulte em venda efetivada, é ato que engloba a cadeia das atividades comerciais, produzindo efeitos deletérios na dinâmica do mercado de medicamentos, fato que justifica a aplicação de sanção administrativa.

29. Assim, a oferta de medicamentos acima dos valores permitidos pela CMED configura conduta expressamente vedada pelo ordenamento jurídico vigente. Ainda, nos processos de aquisição pública, seja por meio de licitações ou de outra modalidade, o distribuidor está vinculado ao preço fabricante como referencial máximo de comercialização. Diante disso, não se sustentam os argumentos apresentados nos itens 22.2 do recurso.

30. Em relação ao 22.1, esclarece-se que os preços máximos permitidos pela CMED são publicados e atualizados mensalmente em seu portal institucional, e é obrigação do licitante ter conhecimento e obedecer aos valores máximos permitidos.

31. A Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus. Contudo, a ocitocina não foi considerada insumo estratégico no âmbito do tratamento da pandemia, tampouco identificou-se, na época da oferta, relatos de desabastecimento desse medicamento que justificassem a oferta acima do PF. Assim, não cabe justificar o descumprimento da norma por conta da pandemia de Covid-19.

32. Afastados os argumentos da requerente, resta claro e bem fundamentado o enquadramento da infração.

33. A dosimetria foi corretamente aplicada pela SCMED.

34. Em relação às circunstâncias agravantes, não se verificou nenhuma das hipóteses previstas no inciso II do art. 13 da Resolução CMED nº 2 de 2018.

35. Quanto às circunstâncias atenuantes, considerando que a empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada em um prazo de cinco anos, é hipótese de atenuante de 1/3, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018. De igual modo foi aplicada a atenuante de caráter isolado, pois houve a oferta de apenas um medicamento, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "b", do mesmo dispositivo.

36. Desse modo, mantém-se a decisão proferida em primeira instância.

III. CONCLUSÃO

37. À vista do exposto, recomenda-se o conhecimento do recurso e não provimento no mérito, com aplicação de multa no valor histórico de R\$ 880,22 (oitocentos e oitenta reais e vinte e dois centavos).

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

MISANI AKIKO KANAMOTA RONCHINI

Coordenadora de Instrumentos Regulatórios e de Apoio

Documento assinado eletronicamente

DIEGO EUGENIO PIZETTA

Coordenador-Geral das Indústrias de Saúde

De acordo.

Documento assinado eletronicamente

ADRIANO MACEDO RAMOS

Diretor do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica

IV. VOTO

38. Diante do exposto, voto pelo conhecimento do recurso e não provimento no mérito, com aplicação de multa no importe histórico de R\$ 880,22 (oitocentos e oitenta reais e vinte e dois centavos).

Documento assinado eletronicamente

UALLACE MOREIRA LIMA

Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços

[1] O Convênio 87/02 concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos, discriminados no anexo da norma, destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.

[2] O Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) é um percentual de desconto incidente sobre o Preço Fábrica (PF), resultando no Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), que é o preço teto para compras governamentais, a partir do qual se deve iniciar o processo de negociação nos casos em que for aplicável. O desconto aplica-se em duas situações: compras de medicamentos constantes da lista de medicamentos sujeitos ao CAP (conforme Resolução CTE-CMED Nº 6, de 27 de maio de 2021) ou aquisição de qualquer medicamento por força de decisão judicial. Atualmente, O valor do CAP é atualizado anualmente pela CMED e o valor vigente é de 21,53% (Resolução nº 5, de 21 de dezembro de 2020).



Documento assinado eletronicamente por **Misani Akiko Kanamota Ronchini, Coordenador(a)**, em 10/10/2025, às 07:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego Eugenio Pizetta, Coordenador(a)-Geral**, em 10/10/2025, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Macedo Ramos, Diretor(a)**, em 13/10/2025, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Uallace Moreira Lima, Secretário(a)**, em 21/10/2025, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **53953360** e o código CRC **90234027**.

Referência: Processo nº 25351.800566/2024-61.

SEI nº 53953360